

## Universo valorativo e crítica às ONGs em “Quanto Vale ou É por Quilo?”

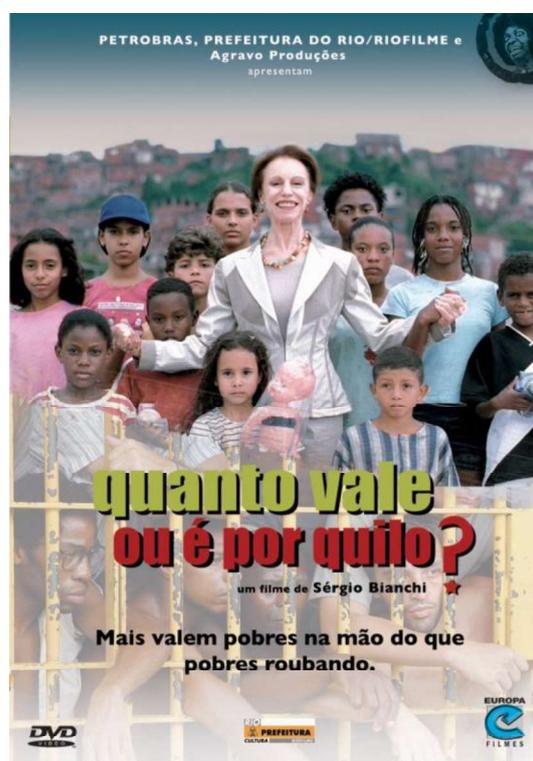
João Gabriel da Fonseca Mateus

“Já que tudo depende da boa vontade  
É de caridade que eu quero falar  
Daquela esmola da cuija tremendo  
Ou mato ou me rendo é lei natural”

(A peleja do diabo com o dono do céu – Zé Ramalho, 1980).

Nos tempos de hegemonia das concepções volúveis, transitórias e efêmeras, alguns filmes se destacam e apresentam algo além das recorrentes e insólitas bases críticas. Vão além, desmascaram as pretensas soluções reformistas para os problemas sociais e vão ao seu *magnate*. Poucas são as produções cinematográficas que conseguem transmitir ao leitor elementos que vão além de meras narrativas ou da pretensa verdade da representatividade da realidade daqueles “baseados em histórias reais”.

O filme *Quanto Vale ou É por Quilo?* (Sérgio Bianchi, Brasil, 2005) é uma produção cinematográfica com roteiro de Eduardo Benaim e Newton Canitto, além do próprio cineasta e diretor Sérgio Bianchi. Tal obra reproduz *valores axionômicos* e *axiológicos* (VIANA, 2007). A partir dessa afirmação, buscaremos desenvolver esse texto apresentando primeiramente o que compreendemos por valores – conceituando axionomia e axiologia – e relacionaremos tal apropriação conceitual ao filme de Bianchi (2005) a partir de uma análise do papel das ONGs que está expresso na obra cinematográfica. Assim temos como hipótese que *Quanto Vale ou É por Quilo?* é um filme que trata, em meios às vagas críticas profundas sobre as ONGs, da relação intrínseca entre Estado, propriedade privada e assistencialismo. A temática central do filme é o papel social das ONGs (Organizações Não-Governamentais), sua estrutura de



funcionamento, formas de ligação entre governo, iniciativas privadas e interesses ligados a seu funcionamento e formas de reprodução.

Partindo desse quesito, entendemos que interpretar e analisar um filme pressupõe vários elementos. Entre eles o papel essencial de quem analisa uma obra ser o de entender o contexto, os produtores e a intencionalidade da obra. Nesse sentido, buscaremos nesse texto apresentar ao leitor aquilo que consideramos relevante numa obra cinematográfica, percurso feito por quem compreende que um filme é uma forma específica de expressão figurativa da realidade (VIANA, 2012).

O tema que transita na sociedade colonial e na sociedade neoliberal dos anos 2000 apresenta um elemento de transversalidade que compõe a sua “mensagem intencional” (VIANA, 2012, p. 27): o papel da “solidariedade” mercantilizada fundamentada ora, na relação comercial capitalista, ora na de troca de favores através de laços de dependência pessoal criadas no cotidiano das relações sociais entre os indivíduos de uma determinada sociedade. Antes de mais nada, torna-se necessário entender o surgimento e desenvolvimento das ONGs como processo histórico além de compreender como utilizaremos os conceitos acima citados (axiologia, axionomia, ONGs) por nossos pressupostos teóricos e metodológicos.

As ONGs (com essa sigla e significado) surgem posteriores à Segunda Guerra Mundial na década de 1950 (BORELLI, 2008, p. 14). Nesse sentido, se desenvolve nas décadas seguintes fazendo um processo de crescimento, sobretudo na América Latina no atual regime de acumulação, o integral (VIANA, 2009). O estado neoliberal emerge em um contexto de ascensão dos movimentos sociais, sobretudo nos países que primeiro manifestaram essa forma estatal (Inglaterra com Margareth Thatcher, Estados Unidos com Reagan e na Alemanha com Helmut Kohl) reproduzindo as condições “institucionais para o aumento da acumulação capitalista” (idem, p. 85).

Nesse âmbito, podemos entender que um regime de acumulação pode ser definido como “um determinado estágio do desenvolvimento capitalista, marcado por determinada forma de organização do trabalho (processo de valorização), determinada forma estatal e determinada forma de exploração internacional” (idem, 2009, p. 30). O regime de acumulação intensivo é a forma pela qual o capitalismo assume características particulares durante seu desenvolvimento, caracterizado no contexto do final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial (1937-1945). De forma geral, este regime busca o aumento do lucro através do taylorismo, pelo Estado Liberal-Democrático e pelo imperialismo financeiro (idem, p. 34). Posterior a este, o Regime de

Acumulação Integral é a forma característica do capitalismo neste momento (desde a década de 1980) que se manifesta como uma ofensiva capitalista que combate a queda da taxa de lucro médio através do aumento da exploração da classe trabalhadora e do aumento da mercantilização das relações sociais pelo Estado Neoliberal (idem, p. 70). Nesse sentido o Estado Neoliberal se tornou hegemônico no momento em que consegue restaurar a exploração da economia capitalista, nacionalmente ou internacionalmente, através do processo de extração absoluta e relativa do lucro ou da mais-valia. Com isso, o novo regime de acumulação vai se esboçando e a partir da década de 1980 - com a ascensão e paulatina generalização do neoliberalismo, a chamada reestruturação produtiva e as novas relações internacionais constitutivas de um neoimperialismo - temos a sua materialização consumada, provocando diversas mudanças na sociedade civil, no mundo da cultura e da ideologia.

É nesse contexto mais geral que se estrutura o que convencionalmente chamamos de ONGs. As ONGs compõem parte do chamado “terceiro setor” (PETRAS, s/d, s/p) sendo que de acordo com Montaña (2002), esse setor é composto pelas “organizações não-governamentais (ONGs), as organizações sem fins lucrativos (OSFL), as organizações da sociedade civil (OSC), as instituições filantrópicas, as associações de moradores ou comunitárias, as associações profissionais ou categoriais, os clubes, as instituições culturais, as instituições religiosas, dentre tantos outros ‘exemplos’” (MONTAÑO, 2002, p. 52). Mas as ONGs não compõe-se como sinônimos do “terceiro setor” e estão sim, em um patamar ligado diretamente ao Estado já que não cumprem um papel de contra-hegemonia dentro da sociedade capitalista. Se estão em completa ligação com o Estado (legitimado por ele através de suas legislações), colabora diretamente com a posição “hegemônica do capital mediante seu papel central no processo de desregulação e (contra) reforma estatal, na reestruturação produtiva, na flexibilização produtiva e comercial, no financiamento ao capital, particularmente financeiro” (idem, p. 17). Portanto, as organizações que estamos analisando estão no projeto neoliberal que promove e fomenta o crescimento das ONGs e reproduzem a força do Estado no neoliberalismo.

Assim sendo, de acordo com Gomes e Coutinho (2011, p. 10) nos fins dos anos 1980 aos meados dos anos 1990 nota-se uma pujança significativa de ONGs no Brasil. Seus objetivos eram os (ao menos no plano jurídico e teórico) de combater a “pobreza, discriminação racial ou de sexo, destruição ambiental, violência, ou carências coletivas

(transporte, saneamento, assistência à saúde, moradia, educação, direitos humanos, entre outros)” (BORELLI, 2008, p. 15).

Ao desempenhar funções ao Estado, ou como coloca Bresser Pereira (1999), as *Organizações Não-governamentais* atuam juntamente com o Estado mediando suas relações com a sociedade em relação com o mercado. Sendo assim, colaboram com a mistificação de que é possível uma sociedade justa no interior da sociedade capitalista, apagando (apenas no plano ideológico) as contradições de classe inerentes ao capitalismo. Assim, além de desempenhar um papel conservador nas lutas cotidianas, as tendências que compõem o “terceiro setor”

(...) tendem a multifragmentação do trato da ‘questão social’, pois além da sua setorialização genética, elas são agora fragmentadas, dada à pequena área de abrangência das organizações deste setor em microespaços (...) (MONTAÑO, 1999, p. 72).

Assim, conforme o sociólogo James Petras aponta, as ONGs após recebimentos de altos valores do Banco Mundial, se relacionam diretamente à lógica neoliberal fazendo um aporte, de um lado ao criticar a centralidade do Estado na solução dos problemas sociais (fome, desemprego, etc.) e de outro, apoiando as iniciativas de negócios privados. O autor complementa ainda que as ONGs: “criaram pontes ideológicas entre pequenos capitalistas e os monopólios que se beneficiaram das privatizações – tudo em nome do anti-estatismo e da construção da sociedade civil” (PETRAS, s/d, s/p). Com isso, estas organizações colaboram com a fomentação neoliberal e desenvolve a falácia da importância das iniciativas privadas em conter o processo de miserabilidade social, lumpemproletarização, crescimento do desemprego, etc. com políticas paliativas colaborando com a reprodução do capitalismo em seu atual estágio de reprodução através das políticas neoliberais.

Para relacionarmos os papéis desempenhados pelas ONGs e a mensagem intencional do filme em questão, devemos caracterizar o que são valores. Valores são “o conjunto de ‘seres’(objetos, ações, ideias, pessoas, etc.) que possuem importância para os indivíduos ou grupos sociais” (VIANA, 2007, p. 20). Ora, se o valor é um atributo que fornecemos aos seres, o ato de atribuir o valor, é chamado de valoração juntamente com este e, ou ao mesmo tempo, de forma excludente, ocorre o contrário: a desvalorização. Esses atos de valoração e desvalorização não devem ser interpretados no sentido de que os valores são “subjetivos”.

Os valores não são atributos naturais dos seres, pois são atributos fornecidos a ele pelos seres humanos e o fato de não haver consenso entre estes demonstra isso (idem, p. 21).



Nesse âmbito, deve-se ter uma diferenciação na *valoração* e apresentar a *desvaloração*. No âmbito da valoração temos, de um lado, a valoração primária (que constitui os valores fundamentais dos seres humanos nas relações sociais) e de outro, a valoração derivada (que faz referências a objetos); e ainda, a *desvaloração*, que se torna um ato oposto à valoração. A complexidade do ato valorativo aumenta, ainda, com a interpretação do indivíduo sobre algo. Por isso, torna-se necessário o processo de diferenciação entre “valores opostos” (sustentados em uma oposição que não é fundamental) e “valores antagônicos” (estes sustentados em oposições inconciliáveis, por exemplo, entre classes). É interessante ressaltar que, na sociedade de classes, também opera o *inconsciente*, aquilo tudo que é composto pelas potencialidades humanas (secundária) e é reprimido, embora este seja da natureza humana (idem, p. 26).

Se existem valores antagônicos e opostos, podemos afirmar que existem conflitos de valores e é nesse sentido que existem valores *autênticos*, *universais* e *inautênticos*. Viana (2007) afirma que os *valores autênticos* são aqueles que correspondem à natureza humana (composta por potencialidades, necessidades básicas humanas e pela relação com o mundo, que ocorre, esta última, pelo trabalho e a sociabilidade [1]); aqueles que não correspondem à natureza humana, como a riqueza material, são *valores inautênticos*; e os últimos, chamados de *valores fundamentais*, são aqueles que possuem a primazia na escala de valores do indivíduo relacionados com a ética. Esta, segundo o autor, é “uma práxis fundamentada nos valores fundamentais e, tal como estes, pode ser autêntica ou inautêntica, e isto significa que ética e valores são inseparáveis” (idem, p. 27).

Ora, partindo dessa definição, podemos entender que o filme *Quanto Vale ou É por Quilo?* expressa *valores autênticos*, sendo estes, *axionômicos* por fazer fortes críticas aos valores dominantes expressos na realidade social.

A axionomia, por conseguinte, é um fenômeno existente realmente, concretamente, embora marginal na sociedade moderna. Tendo em vista a hegemonia dos valores dominantes e, por conseguinte, da axiologia, a axionomia é algo marginalizado e em oposição a ela. Da mesma forma como existem, objetos, seres, obras, que são axiológicas, também existem aqueles que são axionômicos (VIANA, 2007, p. 34).

Contudo, o filme também é um palco de manifestações axiológicas, compreendidas por ser “o padrão dominantes de valores numa determinada sociedade”



Fotograma 1 - 13'36'' – Dona Noêmia expulsa outra entidade do seu local de atuação.

(VIANA, 2007, p. 33). Já que o filme representa uma maioria de valores autênticos, deixemos em segundo plano os valores axiológicos (difundidos principalmente na não-solução dos problemas sociais). As cenas de relevância, ou seja, que são fundamentais no filme expressam valores autênticos, ou seja, axionômicos.

A trama se inicia com uma narrativa sobre a vida de Joana Maria da Conceição, negra alforriada no século XVIII, que é considerada culpada por desafiar um senhor de escravos. Um mosaico de dois tempos históricos se entrelaça e apresenta algo em comum: a degradação dos valores ético-morais das classes exploradas e oprimidas sobrepostos pela relação de troca de favores: “Quem financia a solidariedade hoje está preocupado com o retorno. Por isso a imagem do seu produto deve estar vinculada ao êxito”. Nas palavras de Marco Aurélio (personagem interpretado por Herson Capri), vemos bem sintomática a análise que transcorrerá durante toda a obra. Fundamentado no *marketing social*, o diretor explora os elementos mais presentes nas entidades e expõe seus valores, determinantes e conseqüentemente, sua continuação. Nas palavras de Bianchi:

Aqui é o primeiro momento no qual começa o discurso de marketing social no filme, discurso que será repetido em vários outros momentos. Há vários livros que usamos como referência na construção desse discurso, com ênfase nos livros *Marketing Social*, de Marjorie Thompson e Hamish Pringle; *Marketing Social*, de Philip Kotler e *Marketing para Associações que não visam lucro*, de Philip Kotler (BIANCHI, 2008, p. 58).

É nesse íterim que o filme trabalha bem a ideia de competitividade entre as ONGs, sobretudo no que tange à disputa territorial dos locais de atuação de rua. “Esse pedaço aqui é meu” são as palavras de Dona Noêmia (Ana Lúcia Torres) que expulsa outra entidade de um local de ação de sua organização durante uma noite.



Fotograma 2 (esquerda) – é narrado: “Lucro para M. Antônia: 8.238 réis. Amizade, liberdade, solidariedade.” (BIANCHI, 2008, p. 83). Fotograma 3 (direita) - Maria Amélia (Joana Fomm) e Marta Figueiredo (Ariclê Peres) com uma família pobre (entre eles, um filho cancerígena) em um restaurante de classes dominantes.

Algumas sequências posteriores a esta são centrais para se entender a dinâmica da relação emblemática construída pelo roteirista: a cena (do fotograma 2) funciona como álibi para mostrar as semelhanças entre a sociedade colonial e a sociedade burguesa, industrial e moderna no que diz respeito às formas de exploração do trabalho no âmbito material justificado no plano simbólico e moral. Por isso, o roteirista trabalha com dois tempos, contextualizando e relacionando-os, para realizar uma metáfora das relações dos valores éticos com a ótica da exploração sob uma perspectiva secular<sup>18</sup>. Na narração de Milton Gonçalves:

Maria Antônia deu uma cartada certa. Pois em 16 de setembro de 1786, as duas foram novamente ao cartório do tabelião José Vandek e, diante dele, contaram as moedas trazidas por Lucrécia que, para alegria das duas, somavam 42.238 réis. O lucro e a liberdade, enfim se tornam realidade. (25’41’’); (BIANCHI, 2008, p. 81).

A história irá acompanhar a jovem protagonista (Arminda) como fio condutor da análise. Nesse momento, a relação entre os tempos históricos distintos e seus valores (sociedade colonial e sociedade capitalista) é a crítica da suposta generosidade do patrão que lhe cede uma festa em troca de dias de serviço integral ou de uma investidora (Maria Antônia) do período escravocrata que comprasse uma escrava de outro senhor em troca de um ano de trabalho compulsório a ela e a terceiros, além de juros anuais.

Outro momento de relação temporal entre o período colonial e a sociedade atual caracterizado pela comparação entre um catador de materiais recicláveis e uma

<sup>18</sup> Tal relação fica evidente quando Noêmia oferece o financiamento do casamento de Clara, protagonizada por Leona Cavalli, em troca de trabalhos por um período de tempo. Posteriormente, quando a Associação de Noêmia muda de endereço (saindo da cidade), Mônica (Cláudia Mello) é coagida por Noêmia a ir para o interior com a justificativa da troca de favores. Ela dirá: “Eu te ajudei quando você precisou e agora você vai me ajudar.”

escrava com seu carrinho e uma criança ao lado amarrada, como poderá notar no fotograma 4.



Fotograma 4 - 53'54".

Fotograma 5 - 54'19"

Outra cena axionômica é a que narra o processo de implantação de um projeto de informática em uma favela com a participação de Marco Aurélio, Ricardo (Caco Cuicler) e Figueiras (Umberto Magnani) com uma receptividade nada amena da população local. Posterior a esta, Maria Amélia e Marta Figueiredo dialogam da necessidade do assistencialismo a crianças pobres cancerígenas em um restaurante. No desenvolver da trama fica evidente que “solidariedade” se torna um valor religioso, pois ao financiar tais ajudas paliativas estaria saldando dívidas de vida na terra em busca de um lugar comum confortável. Assim, a crítica expressa pelo longa-metragem deixa claro que a solidariedade capitalista é voltada para a manutenção de relações de exploração e de subjugação.

Outra mensagem secundária do filme é apresentar as relações entre as classes marginalizadas, a pobreza intrínseca a esta e o processo de encarceramento. O próprio diretor irá apontar os elementos constitutivos da “contradição intrínseca na privatização dos presídios”. De acordo com ele:

A contradição é que surgem grupos interessados num crescimento cada vez maior do número dos presídios. Em vez de julgamentos e de um sistema judiciário mais justo, há um interesse financeiro em manter os excluídos presos, pois hoje em dia podem gerar lucros no atacado. (e não mais no varejo do século 18 – na história de Bernardinho e Adão, na seqüência adiante) (BIANCHI, 2008, p. 141).

Defender a necessidade de um judiciário mais justo é fazer uma defesa do sistema estatal e de sua burocracia, já que para o autor, ainda resta esperanças no Estado. Sendo assim, a contradição entre a afirmação de que existem interesses de grupos no sistema penitenciários e um Estado mais justo está clara. O Estado, como

todo Estado é o Estado de uma classe dominante<sup>19</sup> e que, consecutivamente, expressa valores dominantes. Löïc Waquant, por exemplo, bem dirá que a relação de neutralidade do Estado frente às classes é inexistente. Ele dirá que:

O Leviatã neoliberal pratica a política do laissez-fair, laissez-passer com relação às corporações e às classes altas, no nível das causas da desigualdade. Mas é destemidamente intervencionista e autoritário quando lida com as consequências destrutivas da desregulamentação econômica no nível mais baixo do espectro social e de classes. Isso porque a imposição da disciplina de mercado não é um processo suave e autoimpulsionado: ele se confronta com insubordinações e provoca resistências; ele se traduz na difusão de instabilidade social e turbulência nas classes mais baixas e, praticamente, mina a autoridade do Estado. Por isso, ela requer instrumentos institucionais que a ancoram e apoiem, dentre eles, aumentadas e energéticas instituições penais (WACQUANT, 2010a). que bem-estar social e justiça criminal são duas modalidades de políticas públicas direcionadas aos pobres e, por isso, elas devem, imperativamente, ser analisadas – e reformadas – em conjunto (WACQUANT, 2012, s/p).

Assim, fica evidente que a propaganda de governos em relação entre às ONGs, empresas e sistema carcerário são fundamentais para a manutenção daquilo que o gera: as relações sociais capitalistas. A ampliação do sistema carcerário fomenta o aumento da aceleração econômica através dos lucros que ela fornece ao capital, por exemplo, nas relações de consumo que as famílias estão inseridas ao visitar seus familiares presos [2].

A cena seguinte reverbera a noção de relação de exploração, com a comparação entre o escravo Abrão, sua relação com o dono da fábrica (Bernadino) e sua lucratividade; e de outro lado Candinho (Silvio Guindane) utilizando da criminalidade para conseguir sobreviver alimentando os números do sistema carcerário ao final e para “manter a propriedade”. De um lado, o capitão do mato alimenta seu filho com a captura de escravos e de outro, Candinho também o faz com a criminalidade (morte de Arminda, protagonizada por Ana Carbatti). Ainda, essa cena mostra a captura de



Fotograma 6 – Lázaro Ramos interpretando um presidiário, dirá atrás de uma grade prisional: “esse é o nosso navio negreiro” 60’48’’. Fazendo alusão à fala do personagem, indicamos a música “Todo camburão tem um pouco de navio negreiro” (O RAPPÁ, faixa 3, 1994).

<sup>19</sup> VIANA, 2003, p. 20, op. cit.

pessoas (escravos e não-escravos pelo processo de mercantilização das relações sociais) pelos *capitães do mato* e sua importância para a manutenção do *status quo*. Assim como Joana Maria da Conceição (Zezé Motta), negra alforriada, que é considerada culpada por desafiar um senhor de escravos, Arminda também é culpada por denunciar a rede de corrupção existente nas ONGs.

Apesar da caricatural forma de entender a criminalidade, a cena é um dos momentos mais importantes do filme, pois apresenta uma análise mais profunda da criminalidade tirando-a da natureza humana e entendendo-a como uma relação social. Apesar da falta de uma proposição lógica e fundamentada para uma ruptura (era esperar de mais do diretor), o filme apresenta elementos importantes para a crítica do “Terceiro Setor”, especialmente das ONGs e a institucionalização dos movimentos sociais. Do outro lado, o filme também expressa alguns problemas como a reprodução do burocratismo estatal como uma suposta solução aos problemas elucidados. O enredo vem narrar que o dinheiro total dividido pelo número de crianças abandonadas seria algo que daria para comprar um apartamento, etc. sendo, portanto, axiológicos. Como se trata de um filme de ficção, ele não tem a pretensão direta, clara e objetiva necessariamente de estabelecer a aura de autenticidade ligada ao real (FURHAMMAR, ISAKSSON, 1976, p. 148), no entanto, uma há intensidade que não podemos negar: a crítica voraz das organizações não-governamentais. Obviamente que a solução da trama se torna algo paliativo, ou seja, o acesso “democratizado” seria a solução, tal como o consumismo, o acesso à educação privada e a não ruptura com essa forma organizacional de sociedade que vivemos sendo possível uma vida melhor no capitalismo.

Portanto, deixando como apontamentos conclusivos, *Quanto Vale ou É por Quilo?* é um filme que provoca polêmica devido ao crescente processo de neoliberalização da sociedade capitalista, com o avanço das políticas paliativas e consecutivamente com essas, a miserabilidade. Com isso dito, a obra de Bianchi é elementar para entender o estágio de organização da sociedade atual e projetar no nosso presente elementos para a sua superação.

#### Notas:

[1] De acordo com o autor, o trabalho, “enquanto manifestação da natureza humana, é objetivação, exteriorização do humano, de suas potencialidades (...). A sociabilidade

manifesta a natureza humana “quando se constitui em relações igualitárias, fundadas na liberdade” (p. 25).

[2] Ver o caso de Judite (Miriam Pires).

### Referências cinematográficas

**Quanto Vale ou É por Quilo?** Sérgio Bianchi, São Paulo, 2005.

### Referências Bibliográficas

BIANCHI, S. *Quanto Vale ou É por Quilo? Roteiro de Eduardo Benaim, Newton Cannito e Sergio Bianchi do filme de Sergio Bianchi*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.

BORELLI, E. Neoliberalismo e ONGs na América Latina. *Aurora*, ano II, n. 2, Marília, UNESP, jun./2008.

BRESSER PEREIRA, L. C. *A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Brasília: Governo Federal, 1997.

FURHANNAR, L.; ISAKSSON, F. *Cinema e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

GOMES, I.; COUTINHO, J. A. Estado, movimentos sociais e ONGs na era do neoliberalismo. *Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 89, outubro de 2008.

HARVEY, D. *Condição Pós-moderna*. 11ª Edição. São Paulo: Loyola, 2002.

MONTAÑO, C. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”: Estado e “terceiro setor” em questão. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 20, n. 59, p. 47-79, mar. 1999.

\_\_\_\_\_. *Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. Um projeto para o serviço social crítico. *Katálisis*, vol.9, n. 2, jul. dez./2006, Florianópolis, pp. 141-157.

O RAPPA. *Faixa 3 – Todo camburão tem um pouco de navio negreiro*. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil, 1994.

PETRAS, J. Las dos caras de las ONGs. **La Jornada**, México, 8 de agosto de 2000.

\_\_\_\_\_. *Nossa América: As Duas Faces das ONGs*. São Paulo: BPI – Biblioteca Pública Independente, s/d. Disponível em: [http://www.4shared.com/account/file/60275640/3f42bf6d/nossa\\_amrica-as\\_duas\\_faces\\_das\\_ongs\\_-\\_james\\_petras\\_-\\_bpi.html](http://www.4shared.com/account/file/60275640/3f42bf6d/nossa_amrica-as_duas_faces_das_ongs_-_james_petras_-_bpi.html). Acesso em: janeiro de 2012.

VIANA, N. *O Capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida: Ideias & Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. *Estado, Democracia e Cidadania. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

\_\_\_\_\_. O novo regime de acumulação capitalista e a violência nas escolas. **A Página**, Portugal, n. 140, Ano 13, dezembro 2004.

\_\_\_\_\_. *Os Valores na Sociedade Moderna*. Brasília: Thesaurus, 2007.

WACQUANT, L. A Política Punitiva da Marginalidade: revisitando a fusão entre Workfare e Prisonfare. *Revista EPOS*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 1, jan. jul/2012.

### **João Gabriel da Fonseca Mateus**

Graduado em Licenciatura em História(IFG), especialista em História Cultural: Imaginário, Identidades e Narrativas (UFG);mestrando em História (UFG). Atualmente é professor de História na Rede Privada de Ensino em Goiânia. É autor dos livros: *Escritos sobre a Imprensa Operária da Primeira República* (2013) e *Educação e Anarquismo: Uma perspectiva libertária* (2012).

E-mail: [joaogabriel\\_fonseca@hotmail.com](mailto:joaogabriel_fonseca@hotmail.com).